

EDUCAÇÃO E REVOLUÇÃO

Um dos grandes problemas que, a nosso ver, marcaram a luta pela superação do capitalismo, nestes últimos cento e cinquenta anos, foi a mudança da centralidade do trabalho para a centralidade da política¹. Esta mudança se deu tanto a partir do caminho reformista quanto do caminho revolucionário. E significou, em resumo, a atribuição ao Estado da tarefa de ser o protagonista das transformações sociais.

Como se sabe, o caminho reformista, especialmente na forma da social-democracia alemã, que pretendia atingir o socialismo através de reformas graduais, foi inteiramente mal sucedido. Ao contrário, o caminho revolucionário, especialmente na forma da revolução soviética, teve, pelo menos na aparência e de início, um claro sucesso. O caminho para o socialismo estava aberto. E durante muitos anos a tendência dominante foi acreditar que, mesmo com todos os problemas, deformações e obstáculos, a construção de uma sociedade socialista estava em marcha. Quando muito, tratava-se de corrigir os seus defeitos, o principal dos quais residiria na falta de democracia e de cidadania.

Esta crença teve enormes repercussões teóricas e práticas. Não é nossa intenção referir-nos a elas nesse texto. Nosso objetivo é fazer referência ao fato de que a reflexão sobre a educação foi profunda e negativamente afetada por esta crença de que a revolução soviética foi uma revolução socialista e continuou a ser durante largos anos.

1. Da centralidade do trabalho à centralidade da política

Em várias obras, – *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, *A Ideologia Alemã*, *O Capital*, *Elementos fundamentais para a crítica da economia política*, *Crítica do Programa de Gotha* Marx deixou claro que o trabalho é o fundamento ontológico do mundo social.

Para ele, o trabalho, no sentido mais genérico, é o intercâmbio do homem com a natureza, através do qual ela é transformada para produzir os bens materiais

¹ Ver, a esse respeito, o livro de I. Tonet e A. Nascimento: *Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*.

necessários ao atendimento das necessidades humanas. Mas, Marx também enfatiza que esta relação do homem com a natureza implica um duplo movimento. De um lado, a natureza é transformada, de outro lado, o próprio homem se transforma. Tem início, então, aí, o movimento do processo histórico, que é humanamente histórico exatamente porque é típico do trabalho criar sempre novas situações, que são o ponto de partida para novos desdobramentos. Deste modo, a história jamais é, pura e simplesmente, a repetição do que já aconteceu.

Neste sentido, o trabalho distingue-se de todas as outras categorias, pois somente ele tem a função de produzir a riqueza material necessária à existência humana. Todas as outras categorias, a exemplo de arte, linguagem, ciência, educação, direito, política, religião, etc, embora dotadas de uma natureza e uma função social próprias, têm sua origem no trabalho. Daí porque, entre o trabalho e as outras categorias, existe uma relação de dependência ontológica e de autonomia relativa, de todas elas em relação ao trabalho, bem como uma relação de influência recíproca entre todas elas, agora incluído o trabalho.

Como consequência dessa posição de fundamento ontológico do ser social, o trabalho, em alguma forma específica, permanece sempre como base de qualquer forma de sociabilidade. De modo que a superação de algum modo de produção, não importando como esta se concretize, implicará, sempre, como seu pressuposto, uma mudança na forma do trabalho.

No caso concreto da superação do capitalismo em direção ao comunismo, a forma do trabalho que se constituirá na base material para esta nova sociabilidade é denominada por Marx trabalho associado. Uma forma de trabalho que se caracteriza por ser livre, consciente, coletiva e universal.

Também como consequência da posição do trabalho como fundamento do ser social, a classe proletária por ser, no capitalismo, a produtora da riqueza material, será, necessariamente, aquela que deverá liderar o processo de transformação social. O que significa que caberá a ela, e não ao Estado ou sequer a algum partido o papel fundamental de levar adiante as transformações necessárias.

Por este motivo, Marx também sempre deixou claro que a revolução que levaria à superação do capitalismo teria que ser uma revolução *política* com alma *social*

ao contrário de todas as outras que foram revoluções *sociais* com alma *política*. Com isto, ele queria enfatizar que esta revolução deveria ser regida por uma forma de trabalho que levaria à extinção das classes sociais e, portanto, da desigualdade social.

Infelizmente, os dois caminhos trilhados pela classe trabalhadora nas suas tentativas de superação do capitalismo revelaram-se, na verdade, descaminhos. Tanto pela via reformista, da qual a social-democracia alemã e o socialismo democrático são as expressões mais conhecidas, como pela via revolucionária, cujo modelo mais proeminente foi a revolução soviética, acabaram por atribuir ao Estado a tarefa de conduzir o processo de transformação social. Os resultados são, hoje, conhecidos. Todavia, a revolução soviética, pareceu, pelo menos durante certo tempo, configurar-se como um caminho que, embora diferente daquele preconizado por Marx e Engels, de fato levaria ao socialismo.

Com efeito, num primeiro momento, o poder político burguês foi desmantelado e, com a estruturação de um novo Estado, supostamente sob controle da classe trabalhadora, foram tomadas medidas econômicas – supressão da propriedade privada dos meios de produção, estatização da economia, planejamento centralizado da produção, desenvolvimento acelerado das forças produtivas, organização da produção no sentido de atender as necessidades da maioria da população – que pareciam encaminhar todo o processo na direção do socialismo.

No entanto, também este caminho se revelou não ser a via adequada para o socialismo.

A causa mais comum, considerada a principal, mas não certamente a única, à qual se atribui o fracasso da revolução soviética é a falta de socialização do poder político, isto é, o açambarcamento do poder pelos órgãos do Estado/Partido, que levou ao paulatino afastamento das massas da participação direta no processo. A falta de socialização do poder político teria, como consequência, inviabilizado a continuidade das transformações socialistas na economia.

A aparência foi esta, mas a realidade efetiva foi outra. Ao contrário do que foi afirmado acima, entendemos que foi a falta de possibilidade de efetiva socialização da economia, dado o enorme atraso do desenvolvimento das forças produtivas, que impediu a continuidade da participação direta e intensa das massas trabalhadoras. Foi

este atraso o principal elemento responsável, mas, de maneira nenhuma o único, por orientar todo o processo no sentido de atribuir à política, na figura do Estado e do Partido e não ao trabalho a direção das transformações sociais.

Mas, como dizíamos, durante algumas dezenas de anos, e especialmente nos seus inícios, pareceu que a revolução soviética estava, embora com enormes problemas, trilhando o caminho do socialismo. De modo que toda a discussão se dava não no sentido de questionar se era ou não socialista, mas de procurar as causas dos desvios e deformações ou as formas de corrigir os defeitos.

2. A teoria pedagógica e a centralidade da política

No bojo dessas intensas transformações sociais que se julgavam ser o caminho para o socialismo, apresentava-se, para os teóricos da educação, a necessidade de elaborar uma pedagogia que contribuísse para a construção do socialismo. Desse modo, viu-se aparecer, ao longo desses anos, uma rica elaboração teórica acerca da problemática da educação, tanto na União Soviética quanto em países capitalistas.

Entre os autores mais proeminentes que, de formas diferentes, buscaram contribuir para essa tarefa encontramos A. Makarenko, M. Pistrak, M. Manacorda, C. Freinet, G. Snyders. No Brasil também surgiu uma plêiade de autores, que se debruçaram sobre essa problemática. Apenas como exemplo, podemos referir: D. Saviani, P. Freire, P. Nosella, L. Machado, M. A. Arroyo, J. C. Libâneo, P. Gentili, G. Frigotto, N. Duarte.

Não é, de modo algum, nossa intenção, discutir as diversas contribuições desses e de outros autores. Nem para isso teríamos competência. Até porque essas contribuições se situaram em áreas diversas no interior da problemática da educação. Também não pretendemos desconhecer as importantes contribuições que muitos destes autores trouxeram para a reflexão sobre uma pedagogia socialista.

O que nos interessa, aqui, é aludir ao fato de que, para todos esses autores, o pressuposto de sua elaboração era, de algum modo, a idéia de que a revolução soviética tinha sido uma revolução de caráter socialista e de que o caminho trilhado por ela, não obstante todos os percalços, continuava a ser socialista.

Vale a pena citar, aqui, um importante historiador da educação, o italiano Mario Manacorda que, certamente, expressa o modo de pensar de inúmeros autores.

Diz ele (1989, p. 313):

No nosso século é impossível prescindir de um fato novo, o socialismo, que não é somente mais uma ideologia de novas classes sociais (...), mas já é, embora em crise (...) a ideologia oficial dominante de Estados baseados na força destas novas classes. Quanto à teoria pedagógica, o socialismo assumiu criticamente todas as instâncias da burguesia progressista (...); acrescentando-lhes de próprio uma concepção nova da relação instrução-trabalho (o grande tema da pedagogia moderna)...

Vistas as coisas nesse nível de generalidade, duas questões ressaltam a influência desse pressuposto. A primeira em relação à problemática do trabalho; a segunda em relação à questão da democracia.

Sabe-se que uma das características que marcam todas as sociedades de classes é a divisão social do trabalho, que separa o trabalho manual do trabalho intelectual.

Esta divisão ganha uma forma específica na sociedade capitalista, opondo os trabalhadores aos capitalistas. A fragmentação do processo de trabalho e a cisão entre o momento teórico e o momento prático fazem com que os trabalhadores, responsáveis pela produção da riqueza, sejam impedidos de ter acesso a um saber que implique o conhecimento da totalidade do processo produtivo. Desta forma, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual se torna um instrumento de dominação do capital sobre o trabalho.

Por isso mesmo, a superação dessa dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre teoria e prática, vale dizer, a apropriação dos produtores do saber a respeito do conjunto do processo produtivo, é uma questão fundamental para a construção de uma sociedade socialista. Isto suporia uma educação na qual houvesse uma articulação entre a teoria e a prática, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Daí a preocupação dos teóricos socialistas em elaborar uma pedagogia que permitisse a integração desses dois momentos.

Ora, na União Soviética, por estar, supostamente, neste processo de construção do socialismo, estariam dadas as condições mais favoráveis para o desenvolvimento dessa teoria pedagógica. É desse pressuposto que partem as teorias pedagógicas de Makarenko, Pistrak e outros autores. Não por acaso as obras de Pistrak e Pinkevich se intitulam, respectivamente, *Fundamentos da escola do trabalho* e *A escola de trabalho socialista*.

Nos países capitalistas tratar-se-ia de contribuir tanto para uma elaboração teórica que sustentasse essa nova pedagogia, como com experiências práticas, que demonstrassem a forma concreta como ela se deveria realizar. Mas, nesses países combinava-se a questão referente ao trabalho com aquela da democracia, que veremos a seguir.

A segunda questão, referente à democracia, é mais específica dos países ainda capitalistas. Neste caso, tratava-se de elaborar uma teorização que sustentasse a natureza e a forma concreta de uma escola unitária – que articulasse teoria e prática; trabalho manual e trabalho intelectual. A articulação desses dois momentos possibilitaria uma formação humana omnilateral, como preconizada por Marx.

Esta elaboração deve muito a uma teorização mais ampla, que podemos denominar “caminho democrático para o socialismo”² e, especialmente, à leitura da obra gramsciana.

Em resumo, o “caminho democrático para o socialismo” significava que, ao contrário do “modelo” soviético, de assalto direto e violento ao poder, a estratégia deveria ser no sentido de conquistar espaços no que Gramsci chama de sociedade civil e também na sociedade política (Estado) para, então, através de um processo gradual, caminhar no sentido de uma revolução socialista. Tratava-se, pois, de combinar socialismo com democracia. Daí a ênfase na democracia e na cidadania.

Mas, este “caminho democrático para o socialismo” implicava a reformulação de uma série de conceitos do ideário marxista. Revolução explosiva x revolução gradual; Estado restrito x Estado ampliado; socialismo autoritário x socialismo democrático; afirmação de democracia e da cidadania como valores universais; novo conceito de sociedade civil.

² Ver, a esse respeito o livro citado na nota 1.

Como poderia a educação contribuir para isso? Não queremos ignorar que há uma enorme diversidade nas idéias de cada um dos autores. Contudo, poderíamos dizer, de modo geral, que essa contribuição passava, em primeiro lugar, pela apropriação das reformulações acima mencionadas. Em segundo lugar, pela elaboração acerca dos conceitos de escola unitária, de politecnia e de trabalho como princípio educativo e pela busca de ocupação de espaços, ainda no interior do sistema capitalista, que permitissem avançar no sentido da concretização dessa nova pedagogia.

Sem embargo das contribuições positivas que muitos autores trouxeram, de modo diverso, para a construção de uma teoria educacional de corte socialista, parece-nos que todos eles, também de modo diferente, foram influenciados pelo fato de admitirem, ainda que, muitas vezes, de modo apenas implícito, a idéia de que a revolução soviética tinha sido, ou era, uma revolução de caráter socialista. Por isso mesmo, de algum modo, ela estaria estabelecendo os parâmetros – portanto algo extremamente genérico – a partir dos quais seria possível elaborar uma pedagogia socialista.

Qual o equívoco fundamental desse modo de pensar? A nosso ver, o desconhecimento do que significa a centralidade ontológica do trabalho no pensamento de Marx e, especialmente, o que significa a centralidade do trabalho associado – forma específica do trabalho como fundamento do socialismo – no processo revolucionário de transição do capitalismo ao comunismo.

No caso da teoria pedagógica elaborada na União Soviética, o problema fundamental consistia em supor que seria possível organizar uma educação que superasse a cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre teoria e prática e que, portanto permitisse desenvolver amplamente a personalidade humana fundada na forma do trabalho vigente, que se entendia ser a autêntica socialização da economia.

Ora, o processo histórico demonstrou que aquele tipo de socialização da economia, sob o comando do Estado e naquelas circunstâncias, nada tinha a ver com socialismo. E que o pressuposto tanto do socialismo, quanto, por conseqüência, de uma pedagogia socialista, não poderia ser aquele tipo de trabalho. A forma de trabalho específica do socialismo é o trabalho associado, como já vimos acima. Só esta forma de trabalho pode se configurar como a base material para a superação da dicotomia entre

trabalho manual e trabalho intelectual, entre teoria e prática e, deste modo, possibilitar a entificação omnilateral do ser humano.

Certamente, é preciso levar em conta que esta forma de trabalho não poderia entrar em cena, em sua plenitude, desde os momentos iniciais da revolução. Porém, o que é importantíssimo deixar claro é que a **possibilidade** de o trabalho associado fazer-se presente deve existir desde o início, para que ele, então possa ser o eixo de todo o processo revolucionário. E esta **possibilidade** tem como pressuposto incontornável um desenvolvimento das forças produtivas capaz de produzir riqueza – em quantidade e qualidade – suficiente para atender as necessidades básicas de todos. Esta **possibilidade** é que inexistia na revolução soviética.

No caso da teoria pedagógica elaborada nos países capitalistas, o problema maior se situava, a nosso ver, na concepção de socialismo democrático, que implicava o “caminho democrático para o socialismo”.

Como vimos acima, essa concepção implica a ideia de que sem democracia não há socialismo e de que sem socialismo não há democracia (verdadeira). Deste modo, a ampliação contínua da democracia seria o caminho para o socialismo. Daí ganharem força as idéias de construir uma escola democrática, uma escola cidadã; de formar cidadãos críticos e de encontrar, ainda no interior do sistema capitalista, formas de organizar a educação que permitissem superar a cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre teoria e prática.

Esse pressuposto explica, a nosso ver, porque os defensores da pedagogia histórico-crítica, cujas contribuições à construção de uma teoria educativa socialista reputamos sejam as mais avançadas, admitem a possibilidade de que essa proposta pedagógica seja transformada em política de Estado, ainda nesta sociedade.

3. A educação e o momento atual

A humanidade vive hoje um momento claramente contra-revolucionário. No preciso sentido de que as classes dominantes detêm, inequivocamente, a direção do processo social, apesar da profunda crise em que se debate o capital. Por outro lado, a classe trabalhadora encontra-se profundamente afetada, e de maneira negativa, tanto em

sua realidade material quanto ideológica e politicamente por esta crise. Isto não significa que não existam inúmeras lutas, tanto da classe trabalhadora como de outros setores sociais, em andamento. No entanto, a tônica dessas lutas não é de enfrentamento do modo capitalista de produção para superá-lo, mas apenas para obter ganhos que não desbordam a sua lógica. É como se a possibilidade do socialismo tivesse desaparecido completamente do horizonte.

A responsabilidade dessas derrotas da perspectiva revolucionária cabe, certamente, em grandíssima parte, aos próprios capitalistas. Mas, não se deve desconhecer que boa parte da responsabilidade também cabe aos equívocos que marcaram a luta da classe trabalhadora. Ao centrar a luta no campo da política – incluindo aí as lutas desenvolvidas no âmbito da economia, já que elas nunca seriam dirigidas à contestação radical da ordem social vigente – a classe trabalhadora aceitou que a disputa se desse no interior do modo capitalista de produção, deixando de lado o seu objetivo específico, que é a superação do capital³.

Ao não contestar, na sua lógica mais profunda, nem o capital, nem a sua força política, que é o Estado, a classe trabalhadora viu-se desarmada, política e ideologicamente, porque, não importa quais sejam os seus ganhos parciais – hoje cada vez mais magros – ela sempre pagará os custos da reprodução dessa ordem social e jamais poderá resolver plenamente os seus problemas.

O resultado desse abandono do projeto histórico do comunismo é que a luta apenas por melhorias e pela ampliação do ordenamento democrático se tornou o objetivo das lutas sociais e, inclusive, das lutas da classe trabalhadora. Não obstante se fale em reformismo revolucionário, a verdade é que a reforma está ocupando todo o espaço, deixando para a revolução apenas um discurso vazio.

Como vimos, a reflexão e a prática pedagógicas que se pretendiam revolucionárias, foram e continuam profundamente marcadas, embora de modo muito diverso em cada autor, por essa trajetória de derrotas e equívocos da luta do trabalho contra o capital.

³ Veja-se, a esse respeito, o cap. 18 do livro *Para além do Capital*, de I. Mészáros.

Entendemos que é preciso avançar no sentido de superar esses equívocos que levam ao reformismo e recolocar em pauta, sem desconhecer as mediações, a perspectiva revolucionária. Certamente algo mais fácil de dizer do que de realizar.

Para isso, são necessárias duas coisas. Primeira: fazer a crítica do passado. E essa crítica significa essencialmente a crítica da centralidade da política, que se instaurou tanto pelos caminhos reformistas quanto pelas vias revolucionárias. Isto implica, obviamente, resgatar a centralidade do trabalho, tanto no seu sentido ontológico como político e também como eixo do processo de transição do capitalismo ao comunismo⁴.

Esta crítica não poderia ser feita sem o resgate do caráter radicalmente crítico e revolucionário – no sentido ontológico – do pensamento de Marx⁵. Foi o abandono desta radicalidade crítica e revolucionária – repetimos, no sentido ontológico e não simplesmente político – que levou, do ponto de vista teórico, à mudança da centralidade do trabalho para a centralidade da política.

Segunda: abandonar o caráter defensivo e assumir o caráter ofensivo da luta pelo socialismo⁶.

Pode parecer esquerdismo infantil ou principismo falar de ofensiva socialista em um momento profundamente contra-revolucionário, de enormes e devastadoras derrotas da classe trabalhadora e no qual até a simples ideia de socialismo parece ter desaparecido do horizonte. Uma consideração mais rigorosa da questão mostrará que não se trata de nada disso.

É um fato que é da natureza do capitalismo estar submetido a crises periódicas, de maior ou menor gravidade.

É também um fato que o capitalismo vive, hoje, uma crise de extrema gravidade.

Mas, segundo Mészáros, o que o capital vive hoje não é uma simples crise comum, mas uma crise estrutural⁷. Segundo ele, a diferença mais marcante reside no

⁴ Ver, a esse respeito, de nossa autoria: Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política, cap. 1. e Trabalho associado e revolução proletária.

⁵ Para maiores aprofundamentos, ver, de nossa autoria: Marxismo para o século XXI.

⁶ A ideia de imprimir, hoje, às lutas sociais um caráter de ofensiva em direção ao socialismo é defendida, com solidez por I. Mészáros no livro Para além do Capital, especialmente, cap. 18.

fato de que, ao contrário das crises comuns, que afetam apenas alguns setores ou partes do mundo capitalista, esta atinge tanto o conjunto do mundo como todos os segmentos da sociabilidade capitalista.

Isto não significa a afirmação de um colapso iminente do capitalismo, mas apenas o fato de que os limites dentro dos quais o capital opera para reproduzir-se estão cada vez mais estreitos e as consequências, para a humanidade, em um grau de negatividade tal que põem em perigo a própria existência desta.

Ora, ainda segundo Mészáros, na luta entre o capital e o trabalho, que vem sendo travada há décadas, o conjunto dos instrumentos de enfrentamento criados pelo trabalho, foi profundamente afetado por um caráter defensivo. Num primeiro aspecto, por causa da clandestinidade, com óbvias incidências nas condições organizativas. Num segundo aspecto, pelo abandono do objetivo revolucionário, que levou partidos e sindicatos a se tornarem cada vez mais reformistas. Neste caso, a erradicação do capitalismo deixou de ser o objetivo estratégico para, em seu lugar, ser colocada apenas a defesa de ganhos parciais.

Deste modo, a negociação foi substituindo o confronto e a defesa do sistema democrático foi desbancando a luta pelo socialismo. Como consequência, toda a luta da classe trabalhadora foi restringida a embates no interior do sistema capitalista. Como a luta entre capital e trabalho não é um enfrentamento entre iguais, mas entre dominante e dominado, é uma enorme ilusão pensar que se pode alcançar uma vitória do segundo sobre o primeiro sem colocar como objetivo a completa erradicação do capital. E, além disso, como a crise do capital tende a agravar-se, até os ganhos da classe trabalhadora tenderão a tornar-se cada vez mais limitados.

Deste modo, a ofensiva socialista não significa colocar como bandeira de luta a consigna “socialismo já”, mas orientar, teórica e praticamente as lutas sociais no sentido de terem claramente como alvo final a superação radical do capitalismo. Esta orientação implica a auto-organização da classe trabalhadora, de forma independente e contrária tanto ao capital como ao Estado, a formulação de um projeto próprio que tenha no

⁷ A respeito da ideia de crise estrutural ver, de I. Mészáros, Para além do Capital, cap. 18.

comunismo seu objetivo maior e a subordinação da luta parlamentar à luta extra-parlamentar.⁸

Como pode a educação, entendida no sentido de educação escolar, contribuir para essa tarefa? A resposta é complexa e exigiria uma ampla argumentação. Vamos ater-nos, aqui, apenas a algumas considerações que julgamos importantes.

Para responder a essa pergunta é preciso situar a educação no contexto da crise atual.

Que a educação é um poderoso instrumento de reprodução do capital já é sabido. Que a sociedade capitalista não é um bloco homogêneo, mas contraditório, também é sabido. Disto decorre que a hegemonia na condução do processo social, em todas as esferas, embora com enormes diferenças, é sempre do capital. Mas, também decorre que há possibilidades, para o trabalho, de levar adiante as suas lutas. É ocioso dizer que essas possibilidades são diferentes em momentos e lugares diferentes.

Como já vimos, a situação atual tem um caráter fortemente contra-revolucionário, isto é, de um amplo domínio econômico, político e ideológico do capital. E, na crise que o capital atravessa atualmente, ele, mais do que em outros momentos, subsume todas as dimensões sociais aos interesses do enfrentamento dos seus problemas. Por isso mesmo, os espaços de manobra para arrancar dele ganhos parciais se estreitam cada vez mais. Para o capital, dada a sua lógica, sua reprodução é a questão mais importante, mesmo que isso signifique a destruição da humanidade.

Considerando tudo isso, a atividade educativa não pode pretender ter, hoje, um caráter massivo. O que significa que é impossível pretender imprimir à educação, como proposta hegemônica, uma tônica que contribua para um processo de transformação radical da sociedade. Mas, nem por isso uma atividade educativa com esse objetivo deve ser abandonada. Trata-se, apenas, de adequá-la a esse momento. Mas, como? Adequar pode significar rebaixar o horizonte, sob o pretexto da situação atual, ou simplesmente proclamar os princípios e o objetivo final, desconhecendo as mediações que permitam alcançá-lo.

No entanto, cremos que, entre essas duas alternativas, existe uma mais apropriada a esse momento.

⁸ A esse respeito ver nosso artigo: Eleições: repensando caminhos. No site: WWW: ivotonet.xpg.com.br

Não se trata de abrir mão das lutas pelo acesso universal a uma educação de alta qualidade. Mas, é preciso ter claro que este objetivo não é alcançável no interior do capitalismo e, nesta situação de crise estrutural, cada vez menos. Nele, embora uma certa universalização quantitativa ainda seja possível, o rebaixamento da qualidade é um fato cada dia mais gritante. A efetiva resolução dessa questão – a possibilidade do acesso universal a uma educação de alta qualidade – só existe numa sociedade comunista.

Por isso mesmo, pensamos que, na educação, o foco deveria estar situado na realização de atividades educativas que contribuam para a formação de uma consciência revolucionária. Trata-se de nortear tanto a teoria como as práticas pedagógicas no sentido da emancipação humana e não no sentido do aperfeiçoamento da democracia e da cidadania. Pois a questão é formar indivíduos que tenham consciência de que a solução para os problemas da humanidade está na superação da propriedade privada e do capital e na construção de uma forma comunista de sociabilidade.

Certamente existe um patrimônio de saber acumulado, especialmente na área do conhecimento da natureza, mas, também na área do conhecimento específico do ser social, para cujo acesso universal deve-se lutar. Todavia, não se pode esquecer que mesmo o acesso a esse patrimônio é organizado, independente de intencionalidade direta, de modo a atender os interesses da burguesia. E, especialmente, quando se trata do conhecimento filosófico-científico relativo ao ser social, sua abordagem é profundamente problemática. Quando, então, se trata do conteúdo mais atual da filosofia e das chamadas ciências humanas, não há como desconhecer seu intenso caráter conservador.

Deste modo, não se trata de lutar apenas pelo acesso universal ao patrimônio acumulado do saber. Para além disso é preciso fazer a crítica desse saber e permitir a aquisição de um conhecimento de caráter revolucionário⁹. Desnecessário dizer que a figura do professor é, aqui, de suma importância, pois depende dele imprimir à sua atividade educativa esse caráter. Aqui, a célebre afirmação de Marx de que o educador também tem que ser educado, ganha toda a sua importância. Por isso o domínio, sólido, amplo e profundo dessa perspectiva revolucionária, que se refletirá em todos os

⁹ Não entendemos caráter revolucionário em um sentido apenas, nem principalmente, político, mas de uma concepção de mundo abrangente e radical, cujos fundamentos foram instaurados por K. Marx.

momentos do trabalho pedagógico, é imprescindível, pois não se trata de doutrinar – fazer acreditar baseado na autoridade – mas, de permitir o acesso a um conhecimento racionalmente sustentado.

Por outro lado, esse conhecimento, pela sua própria natureza, será um poderoso estímulo para o engajamento nas lutas práticas tanto aquelas particulares como aquelas mais gerais.

Certamente, considerando a atual conjuntura, essa atividade educativa será necessariamente restrita. No entanto, de enorme importância para sustentar a perspectiva revolucionária nestes momentos difíceis.

Referências Bibliográficas

FREINET, C. *A educação pelo trabalho*. Lisboa, Presença, 1974.

MANACORDA, M. A. *História da Educação*. São Paulo, Autores Associados, 1989.

MAKARENKO, A. *Problemas da educação escolar soviética*. Lisboa, Seara Nova, 1978.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Boitempo, 2004.

_____, *Elementos fundamentais para La critica de La economia política*. Mexico, Siglo XXI, 1978.

_____, *O Capital- crítica da economia política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

MARX, K. *Crítica do Programa de Gotha*. Porto, Portucalense, 1971.

MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Hucitec, 1986.

MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital*. São Paulo, Boitempo, 2005.

PINKEVICH, A. *A escola de trabalho socialista*. Rio de Janeiro, Athena Ed., s. d.

PISTRAK, M. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

SNYDERS, G. *Pedagogia Progressista*. Coimbra, Liv. Almedina, 1974.

TONET, I. e NASCIMENTO, A. *Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*. São Paulo, Alfa/Omega, 2009.

TONET, I. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí, Unijuí, 2005.

TONET, I. *Educação contra o capital*. Maceió, Edufal, 2007.

TONET, I. Marxismo para o século XXI. In: *Em defesa do futuro*. Maceió, Edufal, 2005.

TONET, I. *Trabalho associado e revolução proletária*. Maceió, 2010 (mimeo).

Maceió, fevereiro de 2010.

Ivo Tonet

RESUMO

“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado”(K Marx, 2008. P. 207). É em circunstâncias muito precisas que os homens fazem a sua história hoje. E, do ponto de vista dos interesses mais profundos da classe trabalhadora, esse momento se apresenta com um caráter fortemente contra-revolucionário. O resgate sólido da teoria revolucionária, o que implica uma crítica das deformações teóricas e práticas passadas, é condição imprescindível para continuar a sustentar o projeto histórico comunista e, ao mesmo tempo, iluminar os caminhos do futuro. Como a educação pode contribuir para isso? É sobre isso que pretendemos refletir nesse texto.

ABSTRACT

“Men make their own history, but do not do according their free will, under circumstances chosen by themselves, but in the circumstances immediately found, given and transmitted from the past” (K. Marx, 2008, p. 207). It is in very precise circumstances that men make history today. And in the point of view of the deepest interests of the working class, this moment presents itself with a strong tendency to counter-revolutionary. The strong recovery of the revolutionary theory, which implies a critique of the past theoretical and practical distortions, is imperative to continue to support the historical and communist project and, at the same time, illuminate the paths of the future. How can education contribute to this? It's about what we want to reflect in this text.

RESUMEN

“Los hombres hacen sua propia historia, pero no segundo su libre voluntad, en circunstancias elegidas por ellos mismos, sino en las circunstancias inmediatamente dadas y transmitidas por el pasado” (K. Marx, 2008, p.207). Hoy los hombres hacen sua historia en circunstancias muy definidas. Y, considerando el punto de vista de los intereses más profundos de la clase obrera, el presente momento tiene un carácter fuertemente contra-revolucionario. El rescate solido de la teoria revolucionaria, que supone la crítica de las deformaciones teóricas y prácticas pasadas, es una condición indispensable para que podamos continuar a sostener el proyecto histórico comunista y, al mismo tiempo, iluminar los caminos del futuro. Como puede la educación contribuir para ese fin? Este es el objetivo de nuestra reflexión en el presente texto.